



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do parecer dos auditores independentes.

Gestão das Operações do Seguro DPVAT

A Seguradora Líder-DPVAT, responsável pela administração das operações dos Consórcios do Seguro DPVAT, dos quais participam 71 Seguradoras, tem como compromisso assegurar à população, em todo território nacional, o acesso aos benefícios do Seguro DPVAT, administrando com transparência os recursos que lhe são confiados com a utilização de modernos métodos de gestão, além de apoiar ações que contribuam para a redução dos acidentes de trânsito.

Com o fim de balizar a sua gestão estratégica, a Seguradora Líder-DPVAT, estabeleceu as suas diretrizes, as quais são os alicerces para fazer o seu planejamento e garantir a preservação dos princípios que norteiam o funcionamento do Seguro DPVAT, através de Consórcios de Seguradoras, sendo eles:

- garantia de maior solidez às operações mediante a constituição das provisões técnicas exigidas pela regulamentação em vigor;
- garantia do atendimento adequado às vítimas e beneficiários por extensa rede distribuída em todo o território nacional; e
- manutenção da administração centralizada, facilitando o seu acompanhamento, controle e fiscalização.

Desempenho Operacional dos Consórcios do Seguro DPVAT

Indenizações Pagas - Em 2010, o Seguro DPVAT pagou R\$ 2,3 bilhões em despesas com indenizações por morte, invalidez permanente e reembolsos de despesas médicas e hospitalares, em favor de mais de 252 mil vítimas de acidentes de trânsito ou a seus beneficiários. Esse valor foi superior em R\$ 262 milhões (13%) ao montante pago em 2009. Somadas todas as categorias de veículos cobertas pelo Seguro DPVAT (carros, motos, ônibus e caminhões), foram pagas 50.780 indenizações por morte, 151.558 indenizações por invalidez permanente e 50.013 reembolsos de despesas médicas e hospitalares.

Do total de pessoas que sofrem algum tipo de dano em acidentes de trânsito, mais de 72,6% estão na faixa etária de 16 a 45 anos, ou seja, na que concentra a maior parcela da população economicamente ativa do País.

As motocicletas, embora representem uma frota bem menor em relação ao total de veículos do País (26,4%), foram responsáveis por 52,7% do valor total das indenizações pagas e mais de 60% da quantidade de vítimas indenizadas.

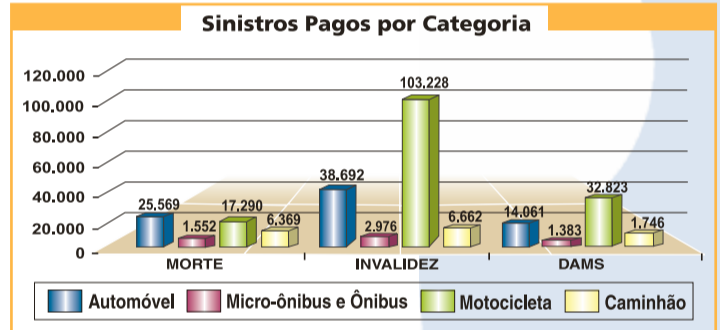
Foram 17.290 indenizações por morte em acidentes envolvendo motocicletas, o que representou 34% dos pagamentos por óbito no ano. Em valores, essas indenizações chegaram a mais de R\$ 270,7 milhões.

Também chama a atenção no período o crescimento nas quantidades de indenizações por invalidez permanente, acima da média das demais garantias – morte e DAMS – com destaque mais uma vez para os acidentes envolvendo motocicletas, que representaram 68,1% da quantidade de indenizações pagas por invalidez permanente.

Os acidentes com carros de passeio também tiveram peso nas indenizações do Seguro DPVAT. Ao todo, foram pagas 78.322 indenizações (R\$ 749,3 milhões), das quais 38.692 (R\$ 342,1 milhões) a título de invalidez permanente, seguindo-se os casos de morte 25.569 (R\$ 387,9 milhões) e reembolso de despesas médicas 14.061 (R\$ 19,2 milhões).

No ano de 2010, cerca de 95% dos reembolsos das despesas médicas e hospitalares (DAMS) foram pagos diretamente às vítimas, reflexo da Lei nº 11.945/09, que dentre outras disposições, veda a cessão de direitos a hospitais e clínicas do reembolso do DAMS. Anos dessa lei, somente 9% eram pagos diretamente às vítimas de trânsito. Isso comprova que a indenização está chegando efetivamente ao real beneficiário do Seguro DPVAT, permitindo-lhe ainda utilizar os recursos da indenização em sua totalidade.

Deve-se ressaltar também que, de todos os pedidos de indenização feitos à Seguradora Líder-DPVAT no ano de 2010, a quase totalidade foi paga em até 30 dias.

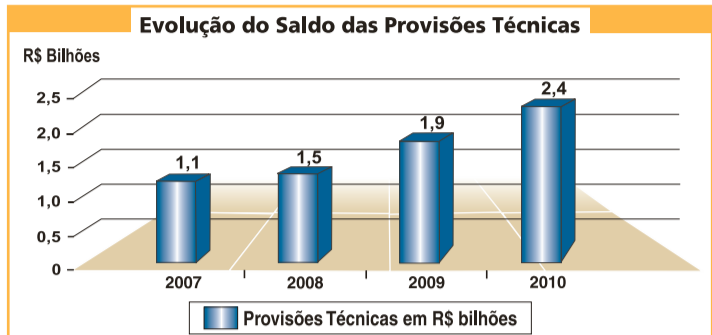


Repasses ao Governo Federal - O valor do Seguro DPVAT pago anualmente pelos proprietários de veículos é fixado pelo Governo Federal. Por determinação legal, metade dos recursos arrecadados pelo Seguro DPVAT, relativos à parcela dos prêmios tarifários, é repassada ao Governo Federal com a seguinte destinação obrigatória: 45% para o Sistema Único de Saúde – SUS (Leis nºs 8.212/91 e 9.503/97), do Ministério da Saúde, para o custeio à assistência médico-hospitalar das vítimas de acidentes de trânsito, e 5% para o DENATRAN (Lei nº 9.503/97), do Ministério das Cidades, para campanhas de prevenção de acidentes e educação no trânsito. Em 2010 esses repasses representaram R\$ 2,609 bilhões para o SUS e R\$ 289,9 milhões para DENATRAN.

Provisões Técnicas - É importante esclarecer que a legislação também obriga a constituição de provisões técnicas, destinadas a garantir o pagamento das indenizações devidas aos beneficiários do seguro. Em 2010, especificamente quanto às Provisões de Sinistros a Liquidar (PSL) e de IBNR (sigla formada pelas iniciais da expressão Sinistros Ocorridos e não Avisados em inglês), foram constituídas provisões no montante de R\$ 240 milhões.

A PSL destina-se a pagamentos dos eventos já avisados e não pagos; os que ainda não foram comunicados, mas que, segundo estimativa baseada em cálculos atuariais, serão avisados no prazo de três anos, estarão cobertos pela provisão de IBNR. A PSL inclui, além dos eventos ocorridos e já avisados às Seguradoras, as ações judiciais em curso.

Conforme gráfico abaixo, é importante mencionar que os Consórcios do Seguro DPVAT têm registrado uma evolução positiva no montante de provisões técnicas, as quais são integralmente cobertas por aplicações em títulos públicos federais.



Judicialização do Seguro DPVAT - Ao final do ano de 2010 havia, em andamento, cerca de 246 mil ações judiciais, muitas delas temerárias, merecendo destacar que cerca de 52% (mais de 129 mil) destas ações foram ajuizadas sem que sequer tenha sido feito o pedido administrativo da indenização a uma Seguradora consorciada, não obstante o reduzido prazo de pagamento pela via administrativa. Tal volume de ações judiciais motivou a Administração a implementar política de redução do passivo por meio de acordos, política esta que encerrou 34.509 processos, com economia da ordem de R\$ 170 milhões.

Arrecadação - No ano de 2010, cerca de 47,5 milhões de proprietários de veículos pagaram o Seguro DPVAT, totalizando uma arrecadação de R\$ 5,8 bilhões.

Esta arrecadação é reflexo do crescimento da frota nacional de veículos, conjugado às melhorias nas rotinas de intercâmbio e atualização da base de dados da frota ativa de veículos implementadas com os 27 Departamentos Estaduais de Trânsito – DETRANs, que permitiu maior agilidade no processamento das informações de pagamento de prêmios e redução da pendência de prêmios não identificados.

Destinação dos Recursos - Resumidamente, e de acordo com a legislação vigente, os recursos tiveram as seguintes destinações (em milhões de Reais):

Ano 2010		
Prêmios Arrecadados e sua Distribuição	R\$ milhões	%
Arrecadação Bruta	R\$ 5.797,37	100,0%
Repasses ao Governo Federal obrigatórios por lei (SUS e DENATRAN)	R\$ (2.899,20)	-50,0%
Total dos prêmios arrecadados para a operação do Seguro DPVAT	R\$ 2.898,17	50,0%
Despesas com pagamentos de indenizações às vítimas de acidentes	R\$ (2.295,87)	-39,6%
Constituição de provisões técnicas para pagamento de indenizações	R\$ (519,87)	-9,0%
Despesas de Operação (proc. dados, pessoal, impressão, cobrança, etc.)	R\$ (196,00)	-3,4%
Despesas com PIS e COFINS	R\$ (50,41)	-0,9%
Resultado Operacional	R\$ (163,99)	-2,8%
Resgate de provisões técnicas para pagamento de indenizações	R\$ 279,42	4,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social	R\$ (46,17)	-0,8%
Resultado das Consorciadas líquido de impostos e contribuições	R\$ 69,26	1,2%

Alcance e Responsabilidade Social

O Seguro DPVAT beneficia todas as vítimas de acidentes com veículos, ocorridos dentro do País, sejam pedestres, passageiros ou motoristas. As indenizações são pagas pelo Seguro DPVAT, independentemente da apuração de culpa ou da identificação do veículo causador do dano, sem a necessidade de intermediário.

Com a finalidade de ampliar e facilitar o acesso de todos os brasileiros a este importante instrumento de proteção social, a Seguradora Líder-DPVAT vem investindo de forma consistente e contínua em campanhas institucionais sobre o Seguro DPVAT, realizando esforços em mídia de amplitude nacional e ações regionais.

O reforço positivo de sua imagem dá suporte ao seu projeto de ampliação da rede de atendimento, que vem se realizando através do Programa Parceiro DPVAT, além da realização de pesquisas de satisfação do atendimento e de percepção da sociedade sobre o Seguro DPVAT.

Em 2011 as campanhas continuarão se realizando, com o foco no que deve ser considerado uma segunda fase, que é a consolidação dos conhecimentos sobre o Seguro DPVAT, buscando, desta forma, informar e educar a população sobre seus benefícios, usos e amplitude.

Ciente de sua responsabilidade social, em 2010 a Seguradora Líder-DPVAT promoveu diversas ações de prevenção de acidentes, tais como: a campanha sobre a importância do uso da cadeirinha para crianças e do uso do cinto de segurança; o lançamento do Marco Zero da Década de Ações para a Segurança Viária no Brasil; e as comemorações do Dia Mundial em Memória das Vítimas de Trânsito.

Serviços de Atendimento ao Público - SAC e Ouvidoria

Para receber pedidos de informações, reclamações, dúvidas e sugestões a Seguradora Líder-DPVAT mantém Serviço de Atendimento ao Público, via internet, no endereço www.dpvatseguro.com.br e pela Central de Atendimento através do telefone 0800 022 1204.

No ano de 2010 foram registrados 658.830 atendimentos pela Central de Atendimento e 3.494.839 consultas via internet.

Também está à disposição do público, para tratar reclamações não resolvidas, a Ouvidoria da Seguradora Líder-DPVAT, conforme os sites www.dpvatseguro.com.br ou www.seguradoralider.com.br.

Estratégias para o ano de 2011

Como principais ações em processo de desenvolvimento e consolidação pela Seguradora Líder-DPVAT podemos destacar:

- ampliação contínua da rede de atendimento com implantação de novos pontos localizados em municípios definidos estrategicamente, através do Projeto Parceiro DPVAT;
- continuidade no processo de campanhas de divulgação do Seguro DPVAT a toda população, incentivando o acesso direto da vítima e seus beneficiários ao Seguro DPVAT, sem a necessidade de utilização de intermediários;
- implementação de melhorias na Central de Atendimento (Call Center) com a integração das informações de todos os canais de atendimento via sistema de Gestão de Relacionamento com o Cliente (CRM);
- desenvolvimento de melhorias no sistema de monitoramento e gestão dos processos judiciais;
- continuidade na execução de políticas destinadas à redução do número de ações judiciais, através da realização de matrões de conciliação e campanhas de acordos;
- otimização da aplicação dos ativos garantidores das provisões técnicas a partir de mandatos de gestão ativa dos fundos de investimentos exclusivos, da atualização do estudo de Macro Alocação de Ativos (ALM) e revisão da Política de Investimentos;
- intensificação do relacionamento com os DETRANs com foco na atualização do banco de dados de veículos, buscando dotar a arrecadação de prêmios do Seguro DPVAT de controles e gestão eficientes;
- monitoramento do funcionamento do sistema de workflow de sinistros, bem como continuidade nas implementações de melhoria do sistema;
- desenvolvimento e implementação de um novo sistema de monitoramento e combate à fraude, reduzindo a exposição do Seguro DPVAT e de seus beneficiários à ações de fraudadores; e
- consolidação da nova estrutura de Tecnologia da Informação para eficiente e eficaz suporte às ações de modernização e continuidade da operação.

Perspectivas para o ano de 2011

Estão previstos gastos com os pagamentos de indenizações às vítimas de acidentes de trânsito da ordem de R\$ 2,7 bilhões em 2011, relativos a 285 mil sinistros englobando as garantias de morte, invalidez permanente e DAMS (aumento de 20% em valor e de 13% em quantidade, em relação a 2010), refletindo diretamente nas provisões técnicas dos Consórcios do Seguro DPVAT, que deverão totalizar R\$ 2,9 bilhões em dezembro de 2011.

A expectativa é de se arrecadar mais de R\$ 6,7 bilhões de prêmios do Seguro DPVAT, receita correspondente a emissão de 50,9 milhões de bilhetes, com base na previsão do crescimento anual da frota de veículos, estimado em 7% em relação ao ano de 2010.

Desempenho da Seguradora Líder-DPVAT

Os recursos financeiros são administrados de acordo com as melhores práticas de gestão, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos legais e regulamentares em vigor.

Do montante de prêmios a serem arrecadados em 2011, deduzidos os repasses obrigatórios, caberá à Seguradora Líder-DPVAT a retenção de prêmios da ordem de 0,75204%, correspondentes à sua participação nos Consórcios do Seguro DPVAT.

As provisões técnicas da Seguradora Líder-DPVAT atingiram R\$ 19,7 milhões, contra R\$ 6,1 milhões em 2009, representando crescimento de 222%, principalmente em razão da equalização e redistribuição das provisões técnicas do Seguro DPVAT entre as Seguradoras Consorciadas realizadas nos meses de janeiro e abril de 2010, conforme previsto nos Instrumentos de Consórcios.

O total de ativos da Seguradora, representados por aplicações financeiras em fundos de investimentos, atingiu o montante de R\$ 38,5 milhões, sendo o montante de R\$ 18,8 milhões relativos aos ativos livres (carteira de giro).

O lucro líquido da Seguradora, depois dos impostos e contribuições, totalizou no ano de 2010 o valor de R\$ 1.581 mil, gerado pela sua participação nos Consórcios do Seguro DPVAT e pelos rendimentos das aplicações financeiras do capital social integralizado, representando um retorno no ano de 8,70% sobre o Patrimônio Líquido médio de 2010 (R\$ 18.271 milhões).

O retorno sobre o Patrimônio Líquido médio do ano é reflexo da regulamentação que define a alocação dos recursos. Por essas normas, o resultado líquido das Seguradoras Consorciadas é limitado a 1,2% da arrecadação (conforme demonstrado no quadro acima). Isto ocorre em razão da finalidade específica da Seguradora que é gerir exclusivamente a operação desse importante instrumento de proteção social – o Seguro DPVAT.

Existe um Acordo de Acionistas que contém, dentre outras, regras de entrada e de saída de acionistas da Sociedade, regras específicas para alienação de participações e para eleição do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, bem como disposições sobre oneração de ações e execução por inadimplência de obrigações.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos acionistas, à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, às demais autoridades públicas, aos nossos colaboradores e parceiros comerciais.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2011.

Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2010 E DE 2009

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO			DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO		
(Em milhares de reais)			(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
	2010	2009		2010	2009
Ativo			Prêmio emitidos líquidos	5.797.374	5.409.179
Circulante	219.829	172.175	Prêmios cedidos - repasses obrigatórios (Nota 17(a))	(2.899.205)	(2.705.059)
Disponível	7.305	4.597	Prêmios cedidos - repasse aos Consórcios DPVAT	(2.874.335)	(2.682.603)
Caixa e bancos - Consórcios DPVAT	7.305	4.597	Prêmios retidos	23.834	21.517
Aplicações (Nota 3)	140.905	79.206	Variações das provisões técnicas	130	180
Aplicações - Seguradora Líder	38.489	18.452	Prêmios ganhos (Nota 16)	23.964	21.697
Aplicações - Consórcios DPVAT	102.416	60.754	Sinistros diretos	(2.536.321)	(2.365.954)
Crédito das operações (Nota 4)	18.359	38.089	Sinistros - repasse aos Consórcios DPVAT	2.515.463	2.347.127
Outros créditos operacionais - Seguradora Líder	504	462	Sinistros retidos (Nota 17(b))	(20.858)	(18.827)
Outros créditos operacionais - Consórcios DPVAT	17.855	37.627	Despesas de comercialização (Nota 17(c))	(342)	(311)
Títulos e créditos a receber (Nota 5)	53.250	50.256	Outras receitas e despesas operacionais (Nota 17(d))	105	38
Outros créditos - Consórcios DPVAT	59.984	57.116	Despesas administrativas (Nota 17(e))	(1.553)	(1.451)
Outros créditos - Seguradora Líder	146	20	Despesas com tributos (Nota 17(f))	(427)	(442)
Provisão para riscos de créditos - Consórcios DPVAT	(6.880)	(6.880)	Resultado financeiro (Nota 17(g))	1.734	1.739
Despesas antecipadas - Consórcios DPVAT	10	27	Resultado operacional	2.623	2.443
Não circulante	8.234	12.533	Resultado antes dos impostos e participações	2.623	2.443
Realizável a longo prazo	8.169	12.475	Imposto de renda (Nota 15)	(629)	(582)
Aplicações financeiras - Seguradora Líder (Nota 3)		5.122	Contribuição social (Nota 15)	(392)	(363)
Outros créditos a receber - Consórcios DPVAT	9.639	8.768	Participações sobre o resultado	(21)	(25)
Outros créditos a receber - Seguradora Líder		55	Lucro líquido do exercício	1.581	1.473
Provisão para riscos de créditos - Consórcios DPVAT	(1.470)	(1.470)	Lucro líquido por lote de mil ações do capital social		
Permanente	65	58	no fim do exercício (R\$)	105,40	98,20
Imobilizado - Seguradora Líder	51	46			
Intangível - Seguradora Líder	14	12			
Total do ativo	228.063	184.708			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
(Em milhares de reais)						
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2008	15.000	94	1.343	11		16.437
Ajuste com títulos e valores mobiliários (Nota 14(d))				11		11
Lucro líquido do exercício					1.473	1.473
Destinações do lucro:						
Reserva legal		74			(74)	
Reserva estatutária			1.049		(1.049)	
Dividendos propostos (R\$ 23,33 por lote de mil ações)					(350)	(350)
Em 31 de dezembro de 2009	15.000	168	2.392	11		17.571
Ajuste com títulos e valores mobiliários (Nota 14(d))				(11)		(11)
Lucro líquido do exercício					1.581	1.581
Destinações do lucro:						
Reserva legal		79			(79)	
Reserva estatutária			1.127		(1.127)	
Dividendos propostos (R\$ 25,00 por lote de mil ações)					(375)	(375)
Em 31 de dezembro de 2010	15.000	247	3.519			18.766

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO		
(Em milhares de reais)		
	2010	2009
Atividades operacionais		
Recebimentos de prêmios de seguros	1.324	1.180
Outros recebimentos operacionais (salvados, ressarcimentos e outros)		376
Outros pagamentos operacionais		(367)
Caixa líquido gerado pelas operações	1.324	1.189
Impostos e contribuições pagos	(1.198)	(1.463)
Aplicações - vendas e resgates	224	669
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	350	395
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio	(350)	(404)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(350)	(404)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(9)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício - Seguradora Líder - DPVAT		9
Aumento nas aplicações financeiras - recursos livres	1.393	874

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



(...continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

(a) Como líder dos Consórcios de Seguros DPVAT
A Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. ("Seguradora Líder-DPVAT") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 10 de outubro de 2007 e autorizada a operar pela Portaria da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP nº 2.797 de 4 de dezembro de 2007. A Seguradora Líder-DPVAT foi criada com a finalidade de promover o alinhamento das operações do Seguro DPVAT (Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não) com as deliberações da Resolução nº 154, de 8 de dezembro de 2006, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, a qual determinou a substituição dos Convênios por Consórcios, constituídos na forma da Lei das Sociedades por Ações, e estabeleceu que a administração desses Consórcios fosse feita por uma seguradora especializada. Dessa forma, a partir de 1º de janeiro de 2008, a Seguradora Líder-DPVAT foi designada para a função de líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório DPVAT e, como sua administradora, tem as principais funções de: recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, liquidar os sinistros e pagar as despesas de administração com os recursos dos Consórcios. A Seguradora Líder-DPVAT não recebe remuneração pela prestação de seus serviços de administração dos Consórcios e o custo de sua estrutura administrativa diretamente vinculada aos Consórcios são a eles imputado. Até 31 de dezembro de 2007, as atividades de administração das operações do Seguro DPVAT eram exercidas pela FENASEG - Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização, cuja equipe de profissionais e estruturas administrativa e operacional foram, também, transferidas para a Seguradora Líder - DPVAT.

(b) Como integrante dos Consórcios de Seguros DPVAT
Além de atuar como líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório DPVAT, a Seguradora Líder-DPVAT também deles participa, sendo o resultado oriundo dos referidos Consórcios refletidos em suas demonstrações financeiras mediante aplicação dos seguintes percentuais de participação:

Período	% (*)
Janeiro de 2009	0,76481
De fevereiro a março de 2009	0,77530
De abril a junho de 2009	0,78541
Julho de 2009	0,79608
Agosto de 2009	0,80707
Setembro de 2009	0,81838
De outubro a dezembro de 2009	0,83005
De janeiro a março de 2010	0,83142
De abril a dezembro de 2010	0,81748

(*) Os percentuais de participação acima são calculados 50% considerando o patrimônio líquido ajustado (PLA) de cada seguradora participante dos Consórcios, mais 50% dividido em partes iguais, por metodologia de cálculo definida no instrumento de constituição dos mesmos.

As seguradoras, em conjunto e sob a forma de Consórcios, entre as quais a Seguradora Líder-DPVAT, operam o seguro DPVAT para os veículos automotores de categorias específicas, conforme tabela de prêmios de DPVAT, assumindo os direitos e obrigações resultantes dos contratos celebrados com os proprietários de veículos por meio dos bilhetes conjugados aos certificados de registro e licenciamento, emitidos pelas autoridades estaduais de trânsito. Para operarem o seguro DPVAT, as companhias seguradoras aderiram, simultaneamente, aos dois únicos Consórcios de seguro DPVAT, mediante manifestação escrita de adesão na qual aceitam integralmente as cláusulas e condições dos mesmos, acompanhada de autorização da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Em caso de desligamento voluntário, a Seguradora requerente transferirá a sua parcela de IBNR e demais reservas do DPVAT para as demais seguradoras, após análise pela Seguradora Líder-DPVAT da suficiência da margem de solvência das seguradoras remanescentes para operarem o referido seguro. A exclusão da seguradora somente terá efeito liberatório de qualquer obrigação relativa ao seguro DPVAT sobre sinistros ocorridos ou a ocorrer, avisados ou não, após o transcurso de três anos a contar do início do ano civil em que foi excluída.

Os prêmios tarifários, as indenizações por cobertura e os percentuais de repasse dos prêmios arrecadados, inclusive para constituição de provisões técnicas, são determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e divulgados pela SUSEP. Dessa forma, conforme Resolução CNSP nº 192/2008, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2010, os prêmios tarifários arrecadados relativos às categorias 1, 2, 9 e 10 (Consórcio 1) e às categorias 3 e 4 (Consórcio 2) são assim distribuídos:

Componentes	Consórcio 1 (%)	Consórcio 2 (%)
Fundo Nacional de Saúde - FNS	45,0	45,0
Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN	5,0	5,0
Seguradoras		
Despesas gerais (*)	3.4428	6.5629
Prêmio puro + IBNR (*)	44.0572	33.4371
Corretagem	0,5	8,0
Margem do resultado	2,0	2,0
	<u>100</u>	<u>100</u>

(*) Ver metodologia de cálculo na Nota 2(f).

As posições patrimoniais dos Consórcios administrados pela Seguradora Líder-DPVAT em 31 de dezembro, estão demonstrados como segue:

Ativo	2010	2009
Circulante	180.690	884.956
Disponível (i)	7.305	4.597
Aplicações financeiras	102.416	830.096
Títulos para cobertura de provisões técnicas (LFT) (ii)		769.342
Aplicações de renda fixa (i)	102.416	60.754
Outros créditos operacionais (i)	17.855	
Títulos e créditos a receber (i)	53.104	50.236
Despesas antecipadas (i)	10	27
Não circulante	2.393.684	1.208.565
Aplicações financeiras (ii)		
Títulos para cobertura de provisões técnicas	2.385.516	1.201.212
Títulos e créditos a receber (i)	8.169	7.353
Total do ativo	<u>2.574.374</u>	<u>2.093.521</u>
Passivo	2010	2009
Circulante	2.562.059	2.083.336
Contas a pagar (i)	81.294	68.845
Débitos com operações de seguros (i)	70.267	54.628
Depósitos de terceiros (i)	24.982	26.937
Provisões técnicas (ii)	2.385.516	1.932.926
Sinistros ocorridos mas não avisados	143.005	101.138
Sinistros a liquidar	2.236.991	1.792.459
Outras provisões (PDA)	5.520	39.329
Não circulante	12.316	10.185
Outros débitos (i)	12.316	10.185
Total do passivo	<u>2.574.374</u>	<u>2.093.521</u>

(i) Saldos também registrados nos balanços patrimoniais da Seguradora Líder-DPVAT para posterior transferência aos Consórcios.

(ii) Saldos auditados para fins de determinação dos seus efeitos nos balanços patrimoniais da Seguradora Líder-DPVAT, mediante a aplicação dos percentuais de participação mencionados acima.

Os Consórcios auferiram os seguintes resultados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009:

	2010	2009
Prêmios emitidos líquidos (i)	5.797.374	5.409.179
Repasse obrigatório (i)	(2.899.205)	(2.705.059)
Prêmios retidos	2.898.169	2.704.120
Variação das provisões técnicas (ii)	15.888	22.660
Prêmios ganhos	2.914.057	2.726.780
Sinistros retidos (i)	(2.536.321)	(2.365.954)
Despesas de comercialização (ii)	(41.585)	(39.178)
Outras receitas e despesas operacionais (ii)	12.812	5.777
Despesas administrativas (ii)	(190.273)	(183.838)
Despesas com tributos (ii)	(50.889)	(54.629)
Resultado financeiro (ii)	7.629	18.756
Resultado dos Consórcios	115.430	107.714

(i) Valores registrados nas demonstrações do resultado da Seguradora Líder-DPVAT e que foram objeto de repasse aos Consórcios.

(ii) Valores auditados para fins de determinação dos seus efeitos nas demonstrações do resultado da Seguradora Líder-DPVAT, mediante a aplicação dos percentuais de participação mencionados na Nota 1(b).

2. Principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 379/2008 e alterações posteriores.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Seguradora em 23 de fevereiro de 2011.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Seguradora incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda, provisões técnicas e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e considera:

- a apropriação ao resultado dos prêmios tarifários e comissões, incluindo os custos de angariação deduzidos dos cancelamentos, restituições e cessões, de acordo com o prazo de vigência dos bilhetes (ano civil);
- os repasses obrigatórios dos prêmios tarifários arrecadados, conforme critérios de distribuição estabelecidos, pela Resolução CNSP 192/2008 e descritos na Nota 1(b);
- os repasses, para os Consórcios, dos prêmios tarifários arrecadados (prêmios emitidos líquidos) e dos sinistros diretos na proporção correspondente às quotas das demais seguradoras integrantes dos Consórcios;
- a variação das provisões técnicas calculadas conforme metodologia de cálculo descrita na Nota 2(f);
- os sinistros pagos mediante liquidação financeira; e
- a participação dos funcionários, apurada com base em programa próprio, consoante à Lei nº 10.101 de 19/12/2000, e arquivado no sindicato da categoria.

(b) Disponível

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

(c) Aplicações financeiras

De acordo com a Circular SUSEP nº 379/2008 e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários são classificados, de acordo com a intenção de sua negociação, em três categorias específicas, quando aplicável, e atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

• Títulos para negociação

São adquiridos com o propósito de serem negociados frequentemente e de forma ativa, são avaliados pelo valor justo e classificados no ativo circulante; os ganhos e as perdas realizados e não realizados com esses títulos são reconhecidos na demonstração do resultado.

• Títulos disponíveis para venda

São avaliados pelo valor justo, os seus rendimentos reconhecidos na demonstração do resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo, ainda não realizados, reconhecidos no patrimônio líquido na conta "Ajustes com títulos e valores mobiliários", líquidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável. Nas datas das negociações dos títulos, os ganhos e as perdas são transferidos para o resultado.

• Títulos mantidos até o vencimento

Aqueles para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento, são contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de venda desses títulos.

(d) Demais ativos circulante e realizável a longo prazo

Os demais ativos são demonstrados ao custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos e, quando aplicável, o efeito do ajuste desses ativos para o valor de mercado ou de realização.

(e) Permanente

• Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação, pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração o prazo de vida útil-econômica dos bens, sendo 10 anos para móveis e utensílios e 5 anos para veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e equipamentos de informática.

• Intangível - programas de computador (softwares)

Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Seguradora e que gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos serão amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, à medida que entrarem em operação.

(f) Provisões técnicas - seguros

São constituídas com base em metodologia de cálculo definida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados, através da Resolução CNSP nº 153/06, conforme abaixo. Sobre o montante calculado de acordo com a referida metodologia, é aplicado o percentual de participação que cabe à Seguradora Líder-DPVAT para o cálculo das reservas de sua responsabilidade.

3. Aplicações financeiras

(a) Seguradora Líder

Títulos para negociação

Bradesco FI RF Provisões Técnicas dos Consórcios do Seguro DPVAT	6.545	6.545
Banco do Brasil FI RF Provisões Técnicas dos Consórcios do Seguro DPVAT	6.552	6.552
Itaú FI RF Provisões Técnicas dos Consórcios do Seguro DPVAT	6.550	6.550
	<u>19.647</u>	<u>19.647</u>

Títulos disponíveis para venda

Títulos públicos federais - pré-fixados			
Circulante			
Letra Financeira do Tesouro - LFT	17.03.2010		344
Letra Financeira do Tesouro - LFT	07.06.2010		172
Letra Financeira do Tesouro - LFT	07.09.2010		164
Letra Financeira do Tesouro - LFT	07.12.2010		320
			<u>1.000</u>

Títulos disponíveis para venda

Fundos de Investimento			
Circulante			
BB Institucional FI Renda Fixa	6.280	6.280	5.665
Bradesco FI Referenciado DI Premium	6.281	6.281	5.863
Itaú Soberano Referenciado DI LP	6.281	6.281	5.921
	<u>18.842</u>	<u>18.842</u>	<u>17.449</u>
	<u>38.489</u>	<u>38.489</u>	<u>18.452</u>

Títulos públicos federais pré-fixados

Não circulante			
Letra Financeira do Tesouro - LFT	16.03.2011		1.482
Letra Financeira do Tesouro - LFT	15.06.2011		160
Letra Financeira do Tesouro - LFT	21.12.2011		953
Letra Financeira do Tesouro - LFT	07.03.2012		1.448
Letra Financeira do Tesouro - LFT	07.03.2013		1.042
Letra Financeira do Tesouro - LFT	07.09.2013		29
			<u>5.114</u>

(b) Consórcios DPVAT

Títulos disponíveis para venda

Fundos de Investimento			
Circulante			
BB Institucional Federal			16.802
BB Curto Prazo Corporativo 600 mil FIC	7.246	7.246	3.590
Bradesco FIF DI Federal Silver			20.194
BB Top DI Público	25.107	25.107	
Bradesco FI Referenciado DI Federal Extra	35.031	35.031	
HSBC FIC Multimercado Star			15
Itaú Soberano Ref DI LP FI	35.031	35.031	20.136
Unibanco Active Fix FICFI Renda Fixa			
Crédito Privado			17
	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>17</u>
	<u>102.416</u>	<u>102.416</u>	<u>60.754</u>

Em dezembro de 2010, por decisão da administração da Seguradora Líder-DPVAT, foi resgatada a totalidade de suas aplicações em Letras Financeiras do Tesouro, cujo montante oriundo do resgate foi aplicado em fundos de investimento em renda fixa restritos. A carteira de tais fundos é composta, exclusivamente, por Letras Financeiras do Tesouro, com vencimento em até março de 2015, classificadas como títulos para negociação. O valor de mercado dos títulos públicos federais foi obtido na divulgação do mercado secundário da ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

• Sinistros a liquidar - PSL

Constituída para cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a data base de cálculo, de acordo com a responsabilidade retida, a partir dos recursos originários do respectivo IBNR, que deverá ser ajustado considerando a variação mensal da PSL. Os seguintes critérios são adotados para o cálculo da PSL:

- (i) Sinistros em demanda judicial com ação transitada em julgado: valor da sentença.
- (ii) Sinistros administrativos para cobertura de morte: valor máximo de indenização estabelecido pelo CNSP.
- (iii) Sinistros administrativos para as demais coberturas e sinistros em demanda judicial para ações em trânsito: (i) valor acordado entre a seguradora e o segurado ou (ii) valor reclamado pelo segurado quando aceito pela seguradora ou (iii) valor estimado pela seguradora quando o segurado não tenha indicado o valor do sinistro ou (iv) valor igual à metade da soma da indenização reclamada pelo segurado e da estimada pela seguradora, quando houver divergência de avaliação, limitado ao valor máximo de indenização estabelecido pelo CNSP.

De acordo com nota técnica encaminhada pela Seguradora Líder-DPVAT à SUSEP, com aplicabilidade a partir de 2009, as estimativas de sinistros administrativos e judiciais passaram a considerar, também, as seguintes premissas:

- (a) Sinistros administrativos: probabilidade de ocorrência de sinistros negados por ausência de cobertura, calculada com base no histórico de ocorrências dos últimos seis meses.
- (b) Sinistros administrativos por invalidez e despesas médico-hospitalares: histórico do valor médio indenizado nos últimos seis meses, desde que não exceda ao valor máximo de cobertura.
- (c) Sinistros judiciais: histórico de ações judiciais ganhas ou com perdas parciais, calculado com base nos eventos ocorridos nos últimos seis meses.

• Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR

É calculado pela diferença entre o valor obtido pelo percentual aplicado sobre prêmios arrecadados (44,0572% para o Consórcio 1 e 33,4371% para o Consórcio 2) e o somatório dos sinistros efetivamente pagos. Se a referida diferença for negativa, o montante correspondente deverá ser baixado do IBNR. Em 31 de dezembro de 2009, os recursos originados do IBNR foram totalmente consumidos pela constituição da PSL, conforme critério estabelecido na Resolução CNSP nº 153/06.

• Provisão de despesas administrativas - PDA

Registrada na rubrica "Outras provisões", é constituída por meio da apuração mensal do resultado administrativo de cada Consórcio. O referido resultado administrativo é determinado pela diferença do percentual aplicado sobre os prêmios arrecadados (3,4428% para o Consórcio 1 e 6,5629% para o Consórcio 2) e as despesas administrativas efetivamente realizadas pelo Consórcio no correspondente mês. Eventuais déficits são abatidos da PDA acumulada do mês anterior e, não havendo saldo suficiente, as seguradoras que compõem o convênio DPVAT deverão suprir a insuficiência.

• Aplicação dos recursos das provisões

Os recursos das provisões são capitalizados mensalmente pela rentabilidade obtida pela carteira de investimento dos seus ativos garantidores.

(g) Demais passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

(h) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável e, quando aplicável, acrescida de adicional específico de 10% sobre o lucro tributável que ultrapassar R\$ 240. A provisão para a contribuição social é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação em vigor.

(i) Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Dentro do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) aprovou com a edição da Circular nº 379 de 19 de dezembro de 2008, diversos pronunciamentos da Comissão de Pronunciamentos Contábeis (CPC) (até o CPC 13, exceto o 11), prevendo a aplicação imediata dessas normas contábeis para os exercícios de 2008 e 2009. Conforme Circular SUSEP nº 408 de 23 de agosto de 2010, o CPC 11 - "Contratos de Seguros" será aplicado nas demonstrações financeiras individuais somente a partir de 1º de janeiro de 2011, no entanto, de acordo com a Circular SUSEP nº 410/10, o teste de adequação dos passivos requeridos pelo referido CPC 11 não será aplicável para as operações de DPVAT.

Adicionalmente, foram divulgadas pelo CPC outras normas contábeis e interpretações durante 2009 e primeiro semestre de 2010, que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, decorrentes do processo de convergência com as normas internacionais, que até à presente data não foram aprovadas pela SUSEP. Por meio da Circular nº 408/10, a SUSEP esclarece que continuará acompanhando os pronunciamentos emitidos pelo CPC e as decorrentes ações a serem promovidas serão divulgadas por meio da Comissão Contábil criada pela Resolução CNSP nº 86/2002.

A administração da Seguradora está efetuando a avaliação das novas práticas contábeis que serão requeridas para as demonstrações financeiras, considerando a Circular nº 408, e até à presente data, não foi praticável identificar/mensurar esses eventuais efeitos.

Vencimento	2010		2009	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
	6.545	6.545		
	6.552	6.552		
	6.550	6.550		
	<u>19.647</u>	<u>19.647</u>		
			344	344
			172	172
			164	164
			320	323
			<u>1.000</u>	<u>1.003</u>
	6.280	6.280	5.665	5.665
	6.281	6.281	5.863	5.863
	6.2			



(...continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Créditos das operações (Circulante)
Correspondem, basicamente, a valores de títulos garantidores das provisões técnicas a serem resgatadas, conforme preconiza o inciso 2º dos artigos 4º e 5º da Resolução do CNSP nº 192/2008.

	2010	2009
Créditos a receber - ASBACE (a)	5.518	5.518
Adiantamentos a funcionários	105	867
Adiantamentos administrativos	8.731	8.861
Bloqueios judiciais (b)	37.665	14.589
Créditos diversos (c)	1.231	1.851
Outros créditos (d)	53.250	50.256

(a) Repasse de recursos para a Associação Brasileira dos Bancos Estaduais e Regionais (ASBACE), para financiamento de projetos dos Detrans. Parte desse montante (R\$ 1.373) encontra-se em negociação para devolução à Seguradora e a outra parte, já utilizada pelos Detrans, será compensada com o passivo em aberto com os Detrans (Nota 8), mediante o aceite da ASBACE. A administração não espera perdas nesses créditos.

(b) Recursos bloqueados para garantia de ações judiciais. O aumento em relação a 2009 deve-se ao incremento de bloqueios decorrente de ações judiciais de pequena monta, não havendo, portanto, nenhum bloqueio representativo em relação ao total geral da conta.

(c) Referem-se, principalmente, a reclamações de indenizações judiciais de sinistros que foram repassadas para os Consórcios em 2010, após a identificação de sua categoria.

(d) Referem-se, basicamente, a aplicações financeiras no Banco Araucária S.A. no montante de R\$ 6.024 para o qual foi constituída provisão para risco de crédito de igual valor, pois a administração estima uma remota realização desse crédito. O saldo remanescente em 2010 refere-se a outras contas a receber de pequena monta.

6. Obrigações a pagar - Consórcios DPVAT

	2010	2009
Fornecedores	2.933	640
Participação nos lucros a pagar a funcionários e diretores	3.726	3.072
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	24	24
Pagamentos a efetuar - outros pagamentos	2	1
	6.685	3.713

O aumento de fornecedores em relação a 2009 deve-se, principalmente, aos honorários de advogados que serão liquidados no próximo exercício. Em 2009, esses honorários foram liquidados dentro do próprio ano.

7. Resultados a distribuir - Consórcios DPVAT

Conforme definido nos "Instrumentos de Constituição dos Consórcios", 50% do resultado mensal é retido ao longo do período e somente repassados às consorciadas no início do exercício social seguinte.

8. Detrans - Consórcios DPVAT

Referem-se a saldos a pagar de obrigações oriundas de convênios com os Detrans estaduais, os quais visam prover recursos financeiros para seu aparelhamento e modernização, permitindo a melhoria na fiscalização e nas condições para licenciamento de veículos automotores, com benefícios para a arrecadação do prêmio do Seguro Obrigatório DPVAT, a redução dos acidentes de trânsito e a diminuição da ocorrência de sinistros com vítimas. Tais valores são calculados à razão de 1% sobre os prêmios arrecadados mensais do Seguro DPVAT em seus respectivos estados e considerados como resultado administrativo na determinação da PDA (Nota 2(f)).

9. Depósitos de terceiros - Consórcios DPVAT

Depósitos efetuados nas contas correntes de cobrança de prêmios dos Consórcios DPVAT, cuja identificação do bilhete correspondente ainda não foi realizada pelo sistema de cobrança.

10. Provisões técnicas

Ramos DPVAT	2010		2009	
	Sinistros a liquidar	Outros ocorridos mas não avisados	Sinistros a liquidar	Outros ocorridos mas não avisados
	18.287	1.172	45	5.692
			PDA	PDA
			112	112

11. Garantias das provisões técnicas

	2010	2009
Letras Financeiras do Tesouro - LFT		6.125
Fundos de Investimento	19.647	19.647
	19.647	6.125

12. Contingências

A Seguradora Líder-DPVAT é parte envolvida exclusivamente em processos administrativos ou judiciais, em razão de sua condição de participante nos Consórcios do Seguro DPVAT. A Seguradora não possui contingências trabalhistas e fiscais em aberto em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

As contingências cíveis relacionadas a sinistros estão provisionadas na rubrica "Sinistros a liquidar" (Nota 10) e referem-se à sua participação no valor total de processos judiciais de sinistros movidos contra os Consórcios do Seguro DPVAT, calculados conforme metodologia descrita na Nota 2(f)).

13. Passivo não circulante - Exigível a longo prazo

Refere-se, principalmente, à reserva para contingência formada para subsidiar os custos administrativos decorrentes de eventual dissolução dos Consórcios. A reserva é acrescida pelas contribuições feitas pelas seguradoras quando do seu desligamento dos Consórcios, pagas em doze prestações mensais, conforme definido no instrumento de constituição dos Consórcios. Essas contribuições são calculadas pela diferença entre a parcela de responsabilidade da seguradora retirante, apurada com base no valor total projetado dos custos administrativos a serem auferidos, e a parcela correspondente à sua participação sobre o montante já integralizado (saldo da reserva) na data de sua saída.

14. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é representado por 15.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, subscrito por 56 seguradoras domiciliadas no País (2009 - 58 seguradoras).

(b) Reserva legal

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido e seu saldo limitado a 20% do capital social.

(c) Reserva estatutária

A reserva estatutária é constituída com o saldo remanescente de lucro líquido ajustado, deduzido da distribuição de dividendos, com a finalidade de futura incorporação ao capital e/ou distribuição aos acionistas; o saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social. Caso o referido capital seja ultrapassado, haverá capitalização ou distribuição do excesso.

(d) Ajustes com títulos e valores mobiliários

Representa os ganhos e perdas não realizados, decorrentes do ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como "disponíveis para venda". Tais ganhos e perdas foram transferidos para as correspondentes contas do resultado na data em que ocorreu a sua efetiva realização financeira.

15. Imposto de renda e contribuição social

	2010		2009	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Base tributável	2.623	2.623	2.443	2.443
Alíquota nominal (Nota 2(h))	25%	15%	25%	15%
	656	393	610	366
Exclusões permanentes	(27)	(1)	(28)	(3)
	629	392	582	363

16. Ramos de atuação

	2010			2009		
	Prêmios ganhos	Sinistra-lidade	Comis-sionamento	Prêmios ganhos	Sinistra-lidade	Comis-sionamento
DPVAT (*)	23.964	87,04	1,43	21.697	86,77	1,43

(*) Concerne à participação da Seguradora Líder-DPVAT.

17. Detalhamento das contas de resultados

	2010	2009
(a) Prêmios cedidos - repasses obrigatórios	(2.899.205)	(2.705.059)
Fundação Nacional de Saúde - FNS	(2.609.284)	(2.434.553)
Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN	(289.921)	(270.506)
(b) Sinistros retidos	(20.858)	(18.827)
Indenizações avisadas	(2.028.787)	(1.808.085)
Despesas com sinistros	(267.084)	(226.222)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(240.450)	(331.647)
Consórcios DPVAT - Distribuição (*)	2.515.463	2.347.127
(c) Despesas de comercialização	(342)	(311)
Comissão sobre prêmios emitidos	(41.585)	(39.178)
Consórcios DPVAT - Distribuição (*)	41.243	38.867
(d) Outras receitas (despesas) operacionais	105	38
Com operações de seguros e resseguros	7.784	14.271
Recuperação de custo com emissão de bilhetes	183.955	156.753
Despesas com cobrança	(178.927)	(162.922)
Provisão sobre outros créditos operacionais		(2.325)
Consórcios DPVAT - Distribuição (*)	(12.707)	(5.739)
(e) Despesas administrativas	(1.553)	(1.451)
Despesas com pessoal próprio	(37.505)	(30.155)
Despesas com serviços de terceiros	(14.691)	(12.229)
Despesas com localização e funcionamento	(14.343)	(11.742)
Despesas decorrentes de convênios	(107.232)	(105.027)
Despesas com publicidade e propaganda	(14.383)	(22.539)
Outras despesas administrativas	(2.119)	(2.146)
Consórcios DPVAT - Distribuição (*)	188.720	182.387
(f) Despesas com tributos	(427)	(442)
Despesas com PIS	(7.047)	(7.667)
Despesas com COFINS	(43.367)	(47.180)
Outras despesas com tributos	(476)	(224)
Consórcios DPVAT - Distribuição (*)	50.463	54.629
(g) Resultado financeiro	1.734	1.739
Receitas com títulos de renda fixa	12.947	21.663
Receitas dos Consórcios DPVAT - Distribuição (*)	(9.385)	(19.409)
Despesas com operações de seguros	(3.647)	(1.315)
Despesas dos Consórcios DPVAT - Distribuição (*)	1.819	800

(*) Correspondem a valores atribuídos às demais Seguradoras consorciadas, conforme quota de participação de cada uma.

18. Patrimônio líquido ajustado (PLA)

Em 31 de dezembro, o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) pode ser assim resumido:

	2010	2009
Patrimônio líquido	18.766	17.571
Despesas antecipadas	(10)	(27)
Patrimônio líquido ajustado (a)	18.756	17.544
Patrimônio líquido ajustado	18.756	17.544
0,2 do prêmio retido anual médio dos últimos 12 meses (b) ...	4.767	4.303
0,33 do sinistro retido anual médio dos últimos 36 meses (c) ...	1.476	1.476
Margem de solvência (valor de (b) ou (c) - o maior)	4.767	4.303
Suficiência de PLA (a - b)	13.989	13.241

(c) Não aplicável em 2009, visto que a Seguradora possuía, naquele exercício, menos de três anos de operação.

A Seguradora Líder-DPVAT está enquadrada nos limites mínimos estabelecidos pela Resolução CNSP nº 178/07, alterada pela Resolução CNSP nº 200/08.

19. Partes relacionadas

A Seguradora Líder incorreu em despesas com remuneração de seus administradores e membros do Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração no valor de R\$ 3.517 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (exercício findo em 31 de dezembro de 2009 - R\$ 2.909), que foram rateadas entre suas Consorciadas.

20. Instrumentos financeiros

(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Seguradora opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para o disponível, incluindo aplicações financeiras, prêmios a receber e contas a pagar. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a seis meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

(b) Disponível, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(c) Política de gestão de riscos financeiros

A Seguradora possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. A política de gerenciamento de risco da Seguradora foi estabelecida pela Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A administração examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

(d) Risco de crédito

A Seguradora administra os Consórcios do Seguro DPVAT e tem como principais funções recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, revisar a regulação e liquidar os sinistros e pagar as despesas da administração com os recursos dos Consórcios. Não há, portanto, risco relevante de crédito no que tange ao seu contas a receber.

(e) Risco de liquidez

É o risco de a Seguradora não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela administração.

(f) Risco de mercado

Risco com taxa de juros
O risco associado é oriundo da possibilidade da Seguradora incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que diminuem as receitas financeiras relativas a aplicações financeiras. A administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(g) Derivativos

Em 2009 e 2010, a Seguradora não operou com instrumentos financeiros derivativos.

21. Outras informações

(a) A Seguradora contrata seguros em modalidades e montantes julgados suficientes para cobrir eventuais perdas em seus ativos fixos e garantir suas obrigações e de seus administradores.

(b) Outras contas a pagar - Consórcios DPVAT referem-se, principalmente, a sinistros em processo de liquidação financeira.

22. Eventos subsequentes

Com aplicabilidade a partir de 1º de janeiro de 2011, a Resolução CNSP nº 215 de 6 de dezembro de 2010, aumentou os prêmios tarifários do seguro DPVAT em 7,8% para as categorias 1, 2, 9 e 10 e em 15,0% para as categorias 3 e 4, bem como alterou a distribuição dos prêmios tarifários arrecadados para os seguintes percentuais:

Componentes	Consórcio 1 (%)	Consórcio 2 (%)
Fundo Nacional de Saúde - FNS	45,0	45,0
Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN	5,0	5,0
Seguradoras		
Despesas gerais	3,6790	8,2088
Prêmio puro + IBNR	43,8210	31,7912
Corretagem	0,5	8,0
Margem do resultado	2,0	2,0
	100	100

Os montantes de indenizações por cobertura não sofreram alterações.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		CONSELHO FISCAL		DIRETORIA	
Luiz Tavares Pereira Filho - <i>Presidente</i>	Jorge de Souza Andrade	Liliane Jeanne Baldacci - <i>Presidente</i>	Ricardo de Sá Acatauassú Xavier - <i>Diretor Presidente</i>	Cláudio Mendes Ladeira - <i>Diretor de Operações</i>	
Casimiro Blanco Gomez - <i>Vice-Presidente</i>	Julio Cezar Alves de Oliveira	Lucio Antonio Marques	José Márcio Barbosa Norton - <i>Diretor de Relações Institucionais</i>	Marcelo Davoli Lopes - <i>Diretor Jurídico</i>	
Antônio Eduardo Marquez de Figueiredo Trindade	Juvêncio Cavalcante Braga	Raphael de Almeida Barreto			
Federico Baroglio	Mauro César Batista				
Gustavo Pimenta Germano Santos	Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti				
Issei Abe	Ricardo José Iglesias Teixeira				
João Gilberto Possiede	Sheila Periard Henrique Silva				

CONTADOR: Humberto Lourença da Silva - CRC RJ 64.992-1

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria, instituído pelos artigos 17 e 18 do Estatuto Social da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (a "Companhia"), é formado por 3 (três) membros escolhidos pelo Conselho de Administração, com as atribuições previstas na Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP nº 118/2004, sendo seu funcionamento regulado por regimento interno.

A Companhia foi constituída em 10 de outubro de 2007, sendo que em 4 de dezembro de 2007 obteve da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a necessária autorização para operar mediante publicação em Diário Oficial da União da Portaria SUSEP nº 2.797, iniciando suas atividades a partir do primeiro dia do mês de janeiro de 2008.

Os membros do Comitê de Auditoria foram eleitos em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 17 de março de 2010, ato este devidamente

homologado pela SUSEP, registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA, e publicado na forma da lei.

O Comitê de Auditoria, desde a sua instalação, realiza reuniões mensais com diversas áreas operacionais da Companhia, incluindo a Diretoria Executiva, Auditoria Interna e Controles Internos, bem como com os Auditores Externos e Conselho Fiscal.

O Comitê de Auditoria analisou as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, em reunião com o Auditor Independente PriceWaterhouseCoopers e o Conselho Fiscal, e são de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação vigente, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade.

O Comitê de Auditoria não registrou qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da

Companhia que indicasse a existência ou evidência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da Companhia ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

Assim sendo, com base nas revisões e discussões realizadas na reunião do Comitê de Auditoria realizada em 17 de fevereiro de 2011, recomendamos ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras auditadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2011.

Sidney Maury Sentoma
Carlos Roberto Costa Pinto
Rogério Marcondes de Carvalho

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, com base nas revisões e discussões realizadas na reunião de 17 de fevereiro de 2011, tendo examinado o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, e, ainda, com base no parecer da PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, é de opinião que os referidos documentos, examinados à luz da legislação vigente, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Companhia. Assim sendo,

os membros do Conselho Fiscal ao final assinados recomendam a aprovação dos referidos documentos pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2011.

Liliane Jeanne Baldacci - Presidente
Lucio Antonio Marques - Conselheiro
Raphael de Almeida Barreto - Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

</